

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – FFLCH / USP

Juventude e rebeldia

aluno: Hugo dos Santos Gomes

1º semestre/2011

Introdução

Nesse texto procuro apresentar a segunda metade do século XX a partir de uma perspectiva brasileira focada no segmento juvenil, de modo a auxiliar o professor na abordagem do assunto dentro da sala de aula. Para tanto, procurarei abordar o tema com foco nas modificações dos costumes, na participação dos jovens nesse aspecto e contextualizando historicamente os fatos analisados.

Porém, devemos ter em mente que esses dois termos se mostram aos nossos olhos muito ambíguos. Tanto juventude quanto rebeldia são ideias que andam praticamente juntas, das quais temos a impressão de que todas as pessoas têm algo a falar, pois são palavras que parecem se explicar por si mesmas e, também, por todos serem – ou terem sido, a mais ou menos tempo – jovens. No entanto, ambas possuem um aspecto impreciso e normalmente escorregadio, que acaba por exercer influência relevante nos debates sobre políticas públicas para a juventude brasileira, nesse misto de tensão entre impressão de obviedade e dificuldade de definição.

Ao mesmo tempo, não podemos falar de juventude e rebeldia dissociadas da ideia de adolescência e de como ela é vista na nossa sociedade. Isso por que podemos pensar adolescência como aquele período do desenvolvimento do ser humano em que ele passa por mudanças biológicas, que acabam por influenciar, notadamente nas sociedades ocidentais, a vida social de cada pessoa. Na sociedade moderna de hoje, a adolescência é, para Rossi, uma fase “de rompimento com diversas referências identitárias anteriores e de busca por novos comportamentos e referências que não necessariamente se cristalizarão até a vida adulta” (ROSSI, 2007, p.9). Esse período de desenvolvimento e maturação biológica não coincide necessariamente com aquilo que classificamos como jovens. Aqui, consideraremos jovens aqueles indivíduos que estão na faixa etária entre 15 e 24 anos, diferentemente daquilo que podemos considerar adolescência.

Como poderemos perceber ao longo dessa discussão, aquilo que é tido como rebeldia acaba sendo definido socialmente com relação aos seus autores pela estrutura social que os coloca como estando em fase de transição, quase se tornando adultos e se preparando para o ingresso

na vida social. Desse modo, a rebeldia nada mais seria, de acordo com Rossi, do que um período de ruptura no processo de desenvolvimento da vida do indivíduo, que está no meio do caminho entre passar de um mundo de passividade e omissão, que é a infância, para um mundo de atividade e responsabilidade, que é o adulto. Por se encontrar no meio do caminho, o adolescente é tratado como criança, mesmo não mais sendo uma, sem reconhecimento de sua maturidade. Assim, ainda segundo Rossi, a ansiedade em penetrar no mundo adulto e afirmar a sua individualidade acaba conduzindo o indivíduo a manifestações de não aceitação da própria condição, formando-se um quadro que é visto pelos outros como sendo de rebeldia.

O objetivo de Rossi em seu trabalho - e que devemos levar em conta ao discutir a juventude e seus atos - é demonstrar que a rebeldia atribuída aos adolescentes como algo natural e intrínseco é, na verdade, uma construção social, uma classificação externa ao indivíduo jovem, que pode ou não ser incorporada pelo mesmo. Isso nos leva a concluir, obviamente, que nem todos os adolescentes são rebeldes, apesar de serem tachados como tal.

Por isso, procurarei desenvolver histórico e sociologicamente o tema sempre tendo em vista a ambiguidade desses conceitos, esclarecendo ideias ocultas que podem acabar por enviesar qualquer conclusão. Como nos diz Abramo:

(...) é preciso levar em consideração as mudanças historicamente impressas a essa condição [juvenil], que exige a ampliação do foco da análise. E foram muitas as mudanças ao longo de todo o século passado, trazidas por transformações econômico sociais, no mundo do trabalho, no campo dos direitos, (...) e da cultura (...). Mas também pela experiência e ação dos próprios jovens (...)
(ABRAMO, 2005, p. 41)

Assim, falarei sobre os anos 1960 e 1970, abordando a revolta estudantil e a luta armada, passando pelos movimentos musicais como a tropicália e a jovem guarda. Nos anos 1980, contextualizarei a década basicamente utilizando-me do rock brasileiro, chegando aos anos 1990 falando dos caras pintadas e abordando o rap como a voz da periferia. Após isso, situarei o jovem de hoje e sua relação com a sociedade, falarei sobre a transgressão juvenil, inserindo basicamente o aluno no assunto abordado, passando então à relação da escola com o primeiro emprego e, logo após, discutindo a contestação aparente nas roupas e, menos aparente, nos hábitos de consumo.

Juventude, contracultura e contestação política

No Brasil da década de 1960, a juventude brasileira teve acesso a sucessos norte-americanos surgindo, nesse contexto, a jovem guarda, ocorrida antes do movimento hippie e do concerto de Woodstock de 1969. Aqui, o rock ingênuo e os conjuntos de iê-iê-iê eram os mais queridos, com suas letras que falavam de amor, roupas, carros, sem essa de mudar o mundo com canções de apelo político, preenchendo um vazio consumista que encantou boa parte dos jovens,

ditando diversas modas.

Como nos demonstra Abramo, até meados da década de 1960 o conceito de juventude era restrito aos jovens escolarizados de classe média, dirigindo o debate sobre a rebeldia e a juventude para esse segmento (que participava de movimentos estudantis, da contracultura, dos partidos políticos de esquerda, etc.) Desse modo, temos o predomínio de relatos que só nos falam sobre a juventude mais abastada como, de um lado, a jovem guarda e, de outro, a contracultura e as músicas de protesto, cheias de metáforas e com alto grau político. Como nos diz Carmo, a música da jovem guarda era “puro entretenimento”:

(...) caracterizava-se pela descontração. Não pretendia chocar com uma temática violenta, rebelde. Se havia rebeldia, ela só podia estar nas roupas extravagantes, nos cabelos longos, na minissaia e na maneira de se expressar com o emprego de gírias (...) com a intenção de animar bailinhos e festinhas de aniversário (CARMO, 2000, p. 44).

Em épocas de crescimento econômico, o automóvel era o objeto de desejo, reflexo do incentivo de JK à indústria automobilística. Com certa ingenuidade, esses jovens acabavam por reproduzir a imagem de um novo país, com novos símbolos do mercado de consumo. Nesse momento, o importante era não estar a pé, indicando sua boa classe social. Para Medeiros, “o carrão vai sempre reaparecendo: ora símbolo de ostentação, ora signo de independência, e de certa agressividade, ora peça importante no jogo da sedução amorosa” (MEDEIROS, 1984, p. 32.) Por ser considerada ingênua demais, a jovem guarda acaba por receber menos atenção dos jovens mais engajados politicamente, pois suas músicas eram rock de letrinha fácil feito por alienados e submissos ao imperialismo cultural norte-americano.

Podemos perceber então nas atitudes da jovem guarda aquilo que Rossi nos diz com relação ao comportamento conformista, que não passa de uma imagem irreal, construída por um discurso moralista e politicamente correto, que não corresponde com a realidade prática. Tal realidade tida como irreal está em aceitar as metas socioculturalmente concebidas e consideradas legítimas, como a busca por um sucesso pecuniário acreditando que todos temos chances iguais, pois nascemos iguais. Assim sendo, como podemos perceber ao observarmos nossa sociedade, a origem dos conflitos e dos desvios de comportamento está no fato de que a maior parte da população não tem acesso a instrumentos legítimos, tais como boa educação, saúde e moradia. Os indivíduos que conseguem atingir essas metas estabelecidas muitas vezes não o fazem por esforço próprio, mas por terem importantes contatos no mundo capitalista.

Nessa época, o mundo estava no auge da Guerra Fria. Com o horror ao comunismo fortalecido pela Revolução Cubana, o objetivo dos norte-americanos era parar o avanço comunista em direção ao sul do Vietnã, intensificando seus ataques em 1965. A grande luta travada pela população vietnamita, infinitamente inferior ao exército estadunidense em condições bélicas, mostrava a capacidade de resistência ao imperialismo, o que acabou por inspirar diversos jovens e despertou imensa solidariedade internacional.

Assim, os hippies saíram às ruas em marchas pacifistas para protestar contra a guerra, pregando a paz e o amor, havendo mesmo recusa de ir à guerra e de pagar impostos que seriam convertidos em armas, numa verdadeira demonstração de desobediência civil inspirada em Thoreau.

Nesse ambiente é que surgiu a contracultura, pregando o “faça amor, não faça guerra”. Em 1968, o mundo parecia prestes a explodir, havia um novo espírito inquieto, que se manifestou em passeatas e agitações que se espalharam por todos os continentes, com jovens lutando por diversas causas ao redor do mundo, ocorrendo, por meio disso, uma verdadeira revolução nos costumes, quebras de tabus e destruição de valores há muito estabelecidos. Essa contracultura trata-se de nada mais que a reivindicação de um estilo de vida diferente da cultura oficial, daquela valorizada e defendida pelo sistema, que a contestação e crítica radical daquilo que já havia sido criado pela cultura ocidental, colocando em xeque os valores tradicionais e buscando novas formas de expressão.

A revolução sexual emergia para quebrar tabus. Em uma geração educada sob rígida repressão sexual, o surgimento da minissaia e da pílula anticoncepcional veio para amenizar isso. Indo em caminho diferente das contestações políticas, percebemos uma nova forma de contestação e mobilização social. Apesar disso, Rossi desenvolve seu trabalho numa linha mais conformista com relação à juventude e seus anseios por mudar o mundo. Colocando a rebeldia como algo que não é algo intrínseco a cada um dos indivíduos jovens e nada tem a ver com mudanças psicológicas e hormonais, mas que pode demonstrar uma tendência, ele insiste no fato de que rebeldia é uma ideia socialmente construída. O autor diz que os adolescentes questionam sim os modelos de autoridade e socialização a que foram submetidos durante toda a vida, e demonstra maior questionamento ainda com relação à família e à escola. Porém, por muitas vezes, ele deixa transpassar a ideia de que essa rebeldia adolescente é algo transitório, como se fosse uma fase pelo qual todos passam ao deixar de ser criança e entrar no mundo do adulto.

Mas, indo contra o conformismo de Rossi, vemos que o ano de 1968 foi um marco na história mundial e da juventude em geral. Muitos acreditavam na possibilidade de tornar real o sonho de um mundo totalmente novo, dando um basta às ideias das gerações anteriores. Essa recusa se demonstrava nos longos cabelos dos homens, nas roupas coloridas, na música e também no uso de drogas. Sem contar nas inúmeras manifestações culturais, que mostravam a todos uma nova maneira de pensar, de compreender e de se relacionar com as pessoas e com o mundo. O evento mais marcante desse ano aconteceu na França, naquilo que ficou conhecido como Maio de 68 e será tratado mais adiante.

Para Carmo, a juventude queria mesmo era romper com as regras do jogo e questionar a cultura convencional, tentando criar uma cultura alternativa, underground, guiada por uma filosofia utópica de vida. O conflito então acabava ganhando ares políticos no cotidiano, dentro da família, nas universidades (públicas), na música, em movimentos de rua. Porém, como observado

anteriormente, devemos notar que essa era uma rebeldia de jovens que tinham amplo acesso aos privilégios capitalistas e, com isso, amplas oportunidades de sucesso no sistema de ensino e no mercado de trabalho.

No contexto brasileiro, havia cada vez mais um envolvimento do público estudantil na contestação do regime militar, na qual tomar partido por um determinado tipo de música demonstrava basicamente qual era a sua opinião política. Como acontecia no mundo, nota-se a participação expressiva de um público mais intelectualizado, de classe média, interessada em participar da vida cultural do país, ressaltando aquilo que nos disse Abramo anteriormente.

Salientando a grande importância da cultura na formação de uma visão crítica dos cidadãos e na construção de uma ideologia de classe, Carmo nos diz que:

A forte convicção de que o país passava por um período pré-revolucionário proporcionou intenso processo de politização da produção artística, considerada importante elemento dentro da estratégia revolucionária. Teatro, cinema, filosofia, música, poesia e política interagem (CARMO, 2000, p. 60)

No teatro, *Roda Viva* de Chico Buarque teve uma temporada cheia de escândalos e debates. No cinema, tinha-se a convicção de que era preciso realizar um cinema que fosse um espelho da brasilidade, tendo em Gláuber Rocha um dos iniciadores do movimento conhecido como *Cinema Novo*, que objetivava expressar os grandes problemas sociais do nosso país. Na música, surge a polêmica *Bossa Nova*, a favor de uma revolução musical. Recebendo influência do jazz norte-americano, recebeu muitas críticas e ataques de uns tantos nacionalistas e conservadores que punham em dúvida a autenticidade de seu samba¹. Ainda dentro desse tema da importância cultural, em dezembro de 1961, no Rio de Janeiro, e posteriormente em outros tantos estados, é criado pela UNE – União Nacional dos Estudantes – o Centro Popular de Cultura – CPC –, tendo como meta formar no trabalhador brasileiro uma consciência revolucionária através de diversas atividades culturais e, desse modo, chamando pra si, de acordo com Carmo, “a missão de levar às massas uma cultura nacional e autêntica que denunciasses os aspectos políticos da vida social brasileira” (CARMO, 2000, p. 64).

Aqui, a atividade cultural acabava por se resumir, ainda de acordo com Carmo, numa arte política vista como instrumento para a desalienação e, assim, para a conquista do poder, tentando salvar as classes trabalhadoras de sua situação de oprimidas, através de um projeto cultural. Parte significativa dos jovens de classe média brasileira via no CPC uma forma de engajamento político que pudesse levar à construção de uma sociedade revolucionária.

Dentro da área musical, Geraldo Vandré acabou se tornando o principal alvo dos militares por causa de sua música *Pra não dizer que não falei das flores*, bandeira do movimento contra a ditadura militar. Principalmente por causa dos versos que atacavam a honra e o espírito de

¹ Não custa lembrar que o próprio samba surge como uma música marginal, nascida nos morros cariocas e que, a princípio, era mal vista pelas camadas mais altas da sociedade e que, com o tempo, foi sendo assimilada por elas e, assim, aceita.

corporação militar: “Há soldados armados, amados ou não, / quase todos perdidos de armas nas mãos. / Nos quartéis lhe ensinam uma antiga lição, / de morrer pela pátria e viver sem razão”.

Para José Ramos Tinhorão, polêmico estudioso da cultura musical popular, Vandrê é o autor da única música de protesto feita no Brasil, pois foi proibida. Para ele, música de protesto que passa na censura não é música de protesto. Um que sofreu duras críticas de Tinhorão foi Roberto Carlos:

Eu cito o papel hediondo de Roberto Carlos no meu livro. É aquele rapazinho que todas as mães de famílias militares gostariam que fosse o namorado da filha. Por quê? Enquanto outros rapazes revoltados, que andavam fazendo músicas pregando a revolução social, indo explodir bomba e sequestrar embaixadores, ele, com aquele cabelo tão bonito, cantava coisas do consumo.²

Como podemos perceber, tanto no Brasil quanto no mundo todo estava colocada em xeque a cultura em seus variados aspectos: costumes, sexualidade, moral, estética, tendo a autoridade como alvo principal. O ano de 1968 acabou por se tornar símbolo do sonho da transformação social, pois foi a partir de uma expansão descontrolada da revolta estudantil na França que a rebelião juvenil explodiu em diversas partes do mundo.

Nos Estados Unidos, a recusa de ir à Guerra do Vietnã, foi tão intensa quanto as revoltas francesas. Os jovens demonstravam-se fartos da sociedade de consumo e do ambiente artificial de conforto vendido pela ideologia oficial e pela publicidade. Na cidade do México, de acordo com Carmo, as passeatas foram brutalmente dispersadas pela polícia, resultando em dezenas de mortos. No Brasil, lutava-se contra a ditadura militar. Nesse período, a Organização das Nações Unidas chegou a contabilizar manifestações estudantis em cerca de cinquenta países.

O maio parisiense não foi um fenômeno isolado pelo fato de que se contestava o autoritarismo. Todas as manifestações ocorreram simultaneamente sem que houvesse qualquer coordenação. Na Espanha, enfrentava-se a ditadura franquista; na Itália, o autoritarismo da universidade e a cultura mercantilizada; em todas as manifestações, podia haver mortes. A paz e o amor hippie de antes acabou desembocando na violência, com o surgimento de grupos clandestinos de ação terrorista, como os *Panteras Negras* dos EUA.

Em Paris, coração da revolta estudantil de 1968, o movimento eclodiu inicialmente para contestar a situação arcaica do ensino superior e, a partir daí, começou a se revoltar contra o capitalismo, a alienação, o consumo, o poder, chegando os estudantes a parar o país. Os jovens rebeldes não pertenciam a sindicatos, partidos ou pequenos grupos. Para eles, a consciência política deveria brotar naturalmente das massas. Já para a filósofa Olgária Matos, o desejo revolucionário estava muito mais presente do que a situação revolucionária. De acordo com Paulo Sérgio do Carmo, para aqueles que acreditavam no grande papel da classe operária dentro da revolução social, Herbert Marcuse,

² Entrevista a Pedro Alexandre Sanches, *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 14 fev. 1998, p. 4.

considerava que a classe operária não poderia assumir seu papel histórico de vanguarda do movimento revolucionário, pois estava plenamente absorvida no processo produtivo. A mudança viria, então, das minorias raciais, dos marginalizados pela sociedade industrial e, principalmente, dos estudantes (CARMO, 2000, p. 79).

A ideia que o filósofo pretendia passar era a de que a sociedade analisada por Marx havia mudado e que, em vez da exploração bruta, pura e simples, o capitalismo estava impondo outras formas mais sutis de controle social, que eram mais eficazes e agradáveis. Com isso, o operariado, seduzido pela sociedade do consumo que estava agora diante de seus olhos, descartara a ideia de revolução. Desse modo, o ano de 1968 foi também, de acordo com Carmo, da recusa do marxismo burocratizado praticado na União Soviética.

No Brasil, o desejo de compartilhar experiências e de participar dos acontecimentos políticos do país levou alguns jovens a se mobilizar em grêmios estudantis e centros acadêmicos. A vocação política, o desejo de mudar o mundo, o inconformismo e o engajamento davam o tom para esses jovens. Em suas memórias, Alfredo Syrkis nos diz que: “Desde muito cedo me interessava por política. Comecei a ler jornais aos dez anos e minha cabeça, cheia de sonhos e fantásticos projetos para o futuro, cedo se encheu de variados conceitos” (SYRKI, 1994, p. 23).

Entre 1966 e 1967, os universitários de diversas cidades do país realizaram inúmeras greves e passeatas, protestando contra a falta de liberdade democrática e contra a política educacional do presidente Castelo Branco. Este pretendia transformar as universidades públicas em fundações privadas, introduzindo novos currículos e formação educacional mais técnica, visando à preparação de mão-de-obra para a indústria.

Já em 1968, o Brasil acaba entrando em sintonia com o mundo. Os universitários, apesar de representarem apenas 0,3% da população brasileira, tornam-se porta-vozes do descontentamento brasileiro com a ditadura militar. Aqui, eles também foram os líderes da revolução nos costumes. Para o jornalista Zuenir Ventura, o ano de 1968 foi um delírio coletivo, onde se questionava os valores do “casamento burguês”, a monogamia, a fidelidade, a virgindade. Numa grande coincidência, as revoltas no Brasil aconteciam ao mesmo tempo das do resto do mundo. Se em 1964 as famílias tradicionais haviam saído nas ruas para apoiar os militares, em 1968 seus filhos da classe média saíam para reagir radicalmente manifestando seu descontentamento com a ditadura.

As preferências culturais daquela época eram diferentes das de hoje, recaindo sobre o cinema, a literatura e a música. Para Ventura,

(...) a geração 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil – pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura. Foi criada lendo, pode-se dizer, mais do que vendo [...]. A TV não concorria culturalmente nem com o cinema, nem com o teatro – e nem tinha prestígio intelectual para, como mídia, exercer alguma influência nos rebeldes jovens de 68. (VENTURA, 1988, p. 51-52.)

Diferentemente do movimento francês, que luta por causas mais abstratas, como o capitalismo e a alienação, no Brasil a luta era contra a ditadura militar e todo seu aparato repressor. Durante as manifestações, era necessário se precaver diante da agressividade policial, que facilmente se excedia e horrorizava a classe média, que não queria ver seus filhos espancados por policiais armados com cavalos, gás e tiros. Assim, os estudantes normalmente elaboravam pequenos panfletos ensinando a melhor maneira de se vestir, o que comer, como se comportar. Entre essas medidas:

- ir em jejum, só bebendo líquidos ou leite em pequena quantidade;
- colocar na boca pastilhas de Redoxon efervescente para anular o efeito do gás;
- tapar o nariz com lenço;
- aplicar bicarbonato de sódio ou leite de magnésia em torno dos olhos;
- atirar contra a bomba um vidrinho de amônia. (Ventura, 1988, p. 84)

Mas, como se daria a luta contra a ditadura? Apesar de concordarem que era realmente necessária a revolução, os estudantes não conseguiam chegar a um consenso de como ela deveria se desenvolver. “Se socialista, de libertação nacional ou democrática”, nos aponta Ventura.

As passeatas davam verdadeiros espetáculos, passando um número tido por muitos como superestimados de pessoas contrárias ao regime, mesmo sendo proibidas. Enquanto isso, o Exército vigiava as lideranças estudantis ao infiltrar agentes que se passavam por estudantes.

Carmo nos narra uma batalha entre estudantes, acontecida em 1968 e que ficou na história brasileira devido à batalha entre estudantes que eram contra o regime e os que eram a favor:

No dia 2 de outubro de 1968, em São Paulo, um grupo de estudantes da Universidade Mackenzie ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) travou uma batalha campal com os alunos que haviam ocupado as dependências da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), na rua Maria Antônia. No período de um dia e na madrugada ocorreram confrontos, sopapos, tiros, bombas, rojões e coquetéis molotov, que resultaram em um prédio incendiado, pessoas feridas e um morto. O secundarista José Guimarães, de 20 anos, fora assassinado, e, o mais grave, em uma batalha entre os estudantes, e não em um enfrentamento com a polícia (CARMO, 2000, p. 88).

Outro acontecimento interessante de se notar foi o XXX Congresso da UNE, em 12 de outubro, na cidade de Ibiúna. Isso porque, houve uma “invasão” de jovens forasteiros de barba na cidade, despertando o estranhamento da população local e as suspeitas da polícia. Como resultado, mais de novecentos estudantes presos. Há quem diga que o congresso foi suicida, pois é impossível que se junte mais de mil estudantes clandestinamente sem que se chame a atenção.

No final do ano, foi decretado o AI-5, que teve maior repercussão que os atos institucionais anteriores por causa de sua grande rigidez. Esse ato conferia poderes absolutos ao presidente, fechando o Congresso, cassando políticos da oposição, efetuando prisões sem acusações formais

e intensificando a censura. Nessa altura, nem o movimento estudantil sensibilizava mais a população; pelo contrário, amedrontava-a, acabando logo depois totalmente desmantelado. Segundo Zuenir Ventura, parte desses jovens acabaria por se alistar, meses depois, na tentativa da luta armada.

A luta armada no Brasil

“Tenho que reconhecer que, para jovens da sua idade, vocês são muito audazes”, disse o então sequestrado embaixador do EUA Charles Elbrick para os jovens militantes universitários. Essa frase demonstra com grande clareza até que ponto os estudantes brasileiros estavam dispostos a chegar em prol de uma revolução contra a ditadura. Com o decreto do Ai-5, os estudantes acabaram “varridos” da rua e aderiram às táticas de guerrilha.

Eles acreditavam que a revolução poderia começar a partir de um pequeno foco de guerrilheiros e, assim, se propagar rapidamente. Segundo Carmo, nos ataques de guerrilha “visa-se a danos materiais, sabotagem e, principalmente desmoralização das autoridades. Rapidez nas decisões e grande mobilidade estratégica são suas qualidades” (CARMO, 2000, p. 92).

De acordo com o jornalista Luís Mir, os jovens estudantes tinham pouca disciplina, mas muita necessidade de auto-afirmação e vontade de expor sua lutas e ideias ao povo, posicionando-se, assim, abertamente contra o regime ditatorial brasileiro. (MIR, 1994, p. 306) Com isso, em 1969, as cadeias começaram a ficar lotadas de presos político. Quem estava do lado de fora se sentia, então, na obrigação de libertar seus companheiros que passavam por tortura. Para isso, os estudantes resolveram fazer algo inédito no mundo: sequestrar embaixadores como arma política de troca por presos políticos. Desse modo, os jovens brasileiros se tornaram centro da atenção mundial, tendo suas atitudes copiadas em tantos outros lugares como, por exemplo, pela Brigada Vermelha, da Itália.

O embaixador Elbrick, citado acima, foi sequestrado pelas organizações guerrilheiras MR-8 e ALN atuando em conjunto e, em troca de sua liberdade, foram resgatados quinze presos políticos que se exilaram no México. Os estudantes conseguiram, ainda, negociar a divulgação em rádio e jornais do país inteiro a leitura de um manifesto contra a ditadura, despertando a atenção internacional para a luta contra a ditadura, até aquele momento mantida em sigilo pela censura.

Essa troca bem sucedida do embaixador norte-americano por presos políticos acabou por abrir um precedente perigoso, ocorrendo, na sequência, vários sequestros bem sucedidos. Em março de 1970, o cônsul do Japão foi trocado por cinco presos políticos; em junho, o embaixador da Alemanha, sequestrado no Rio de Janeiro, foi trocado por quarenta prisioneiros; em dezembro, o embaixador suíço serviu para trocar setenta companheiros.

Porém, houve também tentativas frustradas. Em Porto Alegre, um cônsul americano, apesar de ter levado um tiro no ombro, conseguiu escapar. No Rio de Janeiro, quatro estudantes dentro

de um avião tentaram exigir a troca dos passageiros por presos políticos, mas foram presos pela polícia. A partir de 1971, os sequestros diminuíram.

O jornalista Alfredo Syrkis nos dá um relato que mostra sua vida de militante universitário:

A dona me alugou o quartinho estreito de cama, armário e uma cadeira, sem pedir documentos, sem perguntar. Dei o nome de Hélio e disse que era professor particular de inglês e francês, para justificar a ausência de horários regulares. (SYRKIS, 1994, p. 137.)

Por questão de segurança, era recomendado que não se mantivesse intimidades com a família que locava o imóvel. De madrugada, os militantes, atentos à movimentação da polícia, pichavam palavras de ordem contra a ditadura. Em sítios distantes, faziam treinamento de tiro. Imprimiam panfletos revolucionários no mimeógrafo. A vida do militante estudantil não era fácil naquela época; poderia ser preso, torturado e, até mesmo, morto. Carmo nos mostra um pouco da tensão que havia dentro da guerrilha urbana do jovem universitário:

Outra missão: ir a um determinado local público da cidade para encontrar alguém em um “ponto” (local de encontro). De repente, uma minuciosa batida policial. O suor frio escorre pelo corpo. Deve-se dar o fora o mais rápido possível. É sinal de que a polícia obteve informação do encontro através de algum companheiro que “caiu”. No Rio de Janeiro, a organização VPR trama o rapto do embaixador alemão, em 11 de junho de 1970. Excitação, medo e nervosismo se misturavam. Syrkis tinha 19 anos e era o único que falava inglês. (...) Mesmo adiada várias vezes, a operação se realizou. (...) Depois do episódio, era preciso passar um tempo na clandestinidade. Enquanto isso, outros companheiros, um a um, iam “caindo” na mão da polícia e sendo torturados. (...) Com o dinheiro [dos sequestros], pagam o aluguel dos “aparelhos”, isto é, esconderijos, e compram dois Fuscas. Para despistar, conserva-se no carro comprado o adesivo: “Brasil: ame-o ou deixe-o”. (...) As rádios pedem, de meia em meia hora, que a população fique atenta a vizinhos recentes e suspeitos. Mas a casa era segura. As janelas ficavam seguras e os sequestradores tinham excelentes contatos com os vizinhos. Era preciso “fazer fachada”. Todos usavam nomes fictícios. Um problema: a filha do vizinho, de 15 anos, vivia bisbilhotando ao redor da casa. Será que tinha desconfiado? (...) Do grupo, o mais velho era Lamarca, com 32 anos, e o mais novo, Syrkis, com 20. O embaixador indaga: “Será que vale a pena entrar nessa, com 20 anos? Arriscar a vida por uma causa política? Você realmente está convencido de que pode mudar as coisas?” Syrkis estava. (...) Os militares queriam ganhar tempo. (...) o governo negava a soltura de 18 pessoas. (...) Um dos presos recusados era um jovem de 17 anos. (...) Ultimato: caso não fossem libertados os setenta presos, seria executada a sentença de morte contra o embaixador. Mas tratava-se de um blefe. (...) Finalmente a terceira lista é aceita. Dia 31 de dezembro de 1970: festa de réveillon para disfarçar. No quarto do embaixador, diziam estar dormindo uma criança de um colega de trabalho. (...) Finalmente, o governo cedeu (...) Para os membros do grupo de sequestro, era preciso arranjar outro local clandestino para morar e era fundamental envolver-se em novas atividades. Havia hesitação: abandonar a guerrilha. Uns desistem e vão para o exterior. Dúvidas. Refluxo total. Surgia o sentimento de culpa pelo abandono de uma causa e sentia-se a obrigação de ser leal aos companheiros. (CARMO, 2000, p. 98-101)

Uma pesquisa feita pelo Exército com 500 presos políticos revelou que a idade média deles era de 23 anos, que 80% eram homem e que o operariado, que deveria ser maioria de acordo com a vontade dos estudantes, na verdade era a minoria. A juventude revolucionária dessa época

era formada majoritariamente por jovens de classe média urbana, que frequentavam os melhores colégios e as melhores universidades do país, com faixa etária entre 14 e 24 anos de idade.

Apesar desse grande clima político que é descrito por muitos pensadores, a verdade é que até 1968 a atuação política, para muitos jovens, não era mesmo opção de vida. A grande maioria queria mesmo concluir os estudos e começar sua vida profissional. Mas a repressão, a falta de espaço e liberdade para manifestar suas próprias ideias e atuar politicamente fez com que muitos desses jovens se revoltassem e, assim, partissem para formas mais violentas de atuação.

Porém, com a economia indo muito bem e o sucesso do chamado “milagre econômico” no começo da década de 1970, a classe média, a maior beneficiária, começou a redefinir seus valores e, aos poucos, a imagem dos jovens contestadores foi sendo refeita, deixando de apoiá-los paulatinamente. Cada vez mais, então, ela se demonstrava indiferente ao que acontecia nos porões da ditadura. A educação brasileira foi se tornando cada vez mais profissionalizante e a televisão – popularizada pela ditadura – começou a mostrar sua força, criando novo poder cultural, simbolizado pela Rede Globo. Fernando Gabeira nos fala um pouco sobre a TV:

(...) o mundo era um espetáculo, mil vezes mais fascinante e rico do que nossas vidas monótonas e incolores. (...) Quando o aparelho se apagava, o peso do mundo se abatia sobre nós. Éramos de novo reduzidos às nossas vidas pequenas, aos problemas prosaicos daquela sala (...). (GABEIRA, 1979, p. 144)

Essa chocante realidade o fez perceber que “o sonho é tão necessário para a reprodução da força de trabalho como a arte é necessária, de modo geral, para a sociedade”. Assim, de acordo com Carmo, “A preocupação de conscientizar as massas foi vencida pelo ‘padrão Globo de qualidade’” (CARMO, 2000, p. 109).

No decorrer da década de 1970, houve um grande crescimento da dívida externa brasileira e, com isso, começou a surgir no coração das cidades críticas a esse modelo de desenvolvimento econômico, com obras faraônicas e arrocho salarial. Os estudantes ficavam cada vez mais agitados. Diferentemente da década anterior, Carmo entende que a juventude da década de 1970 saiu-se vitoriosa. Entendendo que na década de 1960 os jovens caíram no emudecimento por causa do AI-5 e da brutal repressão; os jovens do final da década de 1970 viram acontecer a anistia, um novo sindicalismo, o movimento das mulheres e tantas outras coisas. A partir de 1977, aconteceram inúmeras passeatas, que se iniciaram com os estudantes e atingiram seu grande auge com o movimento operário, com Lula como principal líder.

Já a juventude da década de 1980, que passava por um período de abertura política, não era mais tão fã da música popular brasileira, que se carregava de metáforas para driblar a censura e fazer denúncias sociais. O tempo passou e, como nos diz Carmo,

Do “abaixo à ditadura”, escrito às pressas nos anos 60 e 70, as pichações então ganharam os muros das cidades com inscrições quase sempre incompreensíveis. Para a maioria da população tratava-se de uma forma de sujar a cidade; para os adeptos, uma arte de rua chamada grafite, quando mais bem elaborada (CARMO, 2000, p. 140)

A pichação começa a surgir nas maiores cidades e, com ela, os jovens da periferia começam a se mostrar para toda a sociedade. Entre janeiro e abril de 1984, grandes concentrações populares começam a remexer as grandes cidades do país. No Rio de Janeiro e em São Paulo, mais de meio milhão de pessoas saem às ruas em passeata, vestindo camisas amarelas, cor-símbolo das *Diretas Já*, nas quais estava escrito: “Eu quero votar para presidente”.

Mas, mesmo com enorme apoio popular, as *Diretas Já* foram derrotadas no Congresso por não atingir dois terços dos votos necessários. Com alguns rearranjos das forças, Tancredo Neves foi o escolhido para ser o candidato indireto da oposição para a presidência da república. Em movimento oportuno, José Sarney, que era da Arena, partido que sustentava os militares, bandeou para a oposição e, com a morte de Tancredo, virou presidente da república, gerando descontentamento e decepção para o povo.

Nesse contexto, num país em que tudo dava errado, que surgiu o movimento punk brasileiro. Em suas músicas, os punks expõem sentimentos de revolta por parte de jovens que estão à margem de qualquer privilégio social. Eles não se interessavam por MPB por tratar-se, na maioria das vezes, de canções de protesto compostas por artistas filhos da classe média que, segundo eles, se tornaram burgueses com o sucesso e ganhavam dinheiro às custas da romantização da pobreza. Para Clemente, da banda de punk Inocentes: “Nós estamos aqui para revolucionar a música popular brasileira; para pintar de negro a asa branca, atrasar o trem das onze, pisar sobre as flores de Geraldo Vandré e fazer da Amélia uma mulher qualquer” (CARMO, 2000, p. 148). Um dos alvos mais frequentes do descontentamento juvenil, tanto das bandas de rock quanto das bandas punk, e que perdura nos dias de hoje em letras de rap, é a polícia, uma das instituições que mais cerceiam a liberdade dos jovens.

Na virada da década de 1980, realizava-se, após 25 anos, a primeira eleição direta para presidente. Disputavam o segundo turno: Lula, operário que liderou as grandes greves do ABC, e Collor, candidato de família abastada de Alagoas. De acordo com Carmo, às vésperas da eleição, o Jornal Nacional, da Globo, edita o debate entre os candidatos com favorecimento à imagem de Fernando Collor.

Juventude brasileira nos anos 1990

Em 1990, sobe à presidência da república Fernando Collor e, junto com ele, mais de 35 milhões de conservadores, vindos em sua maioria do interior do país, algo impensável nos dias de hoje, externalizando sua simpatia pelas duplas sertanejas, ao contrário das batidas rebeldes e urbanas do rock, que já não encontrava mais tanta plateia. Nesse governo houve um grande escândalo de cheques fantasmas e, com isso, descobriu-se uma grande rede de corrupção, levando à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar até onde a responsabilidade era do nosso presidente. Fernando Collor foi eleito com a promessa de que

acabaria com os marajás, funcionários públicos que ganhavam uma verdadeira fortuna, com discurso da modernidade e prometendo tirar o país do atraso. Como velho político pertencente à oligarquia do interior do Brasil e simpatizante do regime militar, mais uma vez ele cometeu os desmandos que prometera combater e enganou o povo.

Se em outros tempos a juventude brasileira se indignava com os rumos que o país tomava, agora, embora a revolta fosse geral, ninguém tomava o primeiro passo. Estudantes de uma nova geração – diferente daquela das décadas de 1960 e 1970 – resolveram agir. Os mais de dez mil jovens que saíram às ruas pelas principais avenidas de São Paulo na década de 1990 com seus rostos pintados e um “Fora Collor” na cabeça exigindo o “impeachment” eram, em sua grande maioria, oriundos de escolas da rede privada de ensino.

Para responder às críticas contrárias a seu governo, Collor convocou o povo brasileiro a se manifestar em sua defesa, usando a máquina do Estado em seu auxílio. No dia seguinte, o que se podia ver eram pessoas vestidas espontaneamente de preto, em sinal de luto pela corrupção no país. Em 7 de agosto, Curitiba saiu na frente. Daí em diante a sucessão de passeatas invadiu o país pela “ética na política”. E, assim como no episódio das *Diretas Já*, a maioria dos políticos só agiu devido às pressões públicas.

Após a queda de Collor, a população ficou mais aliviada. Porém, podia-se perceber que a juventude daquele momento era bem diferente da de antigamente, não se podendo apegar às lutas do passado. Eram jovens diferentes, considerados por muitos como hedonistas, aqueles que consideram o prazer individual e imediato como o único possível. Para Carmo, esses jovens são mais prudentes, não querendo rupturas radicais. Essa juventude era a “juventude dourada”, da classe alta, otimista consigo própria, mas pessimista com o futuro do país.

Criticar essa juventude da década de 1990, dizendo que ela não tem peso na consciência por seus privilégios sociais, comparando-a com a dos anos 1960 e 1970, dizendo que são conservadores, que querem mudanças, mas sem que haja revolução social, é cair numa grande falácia. Zuenir Ventura nos coloca uma questão: uma parte da juventude é dourada, pintou o rosto para depor Collor e seguiu em frente. Mas existe a outra que não reluz, que vive nas periferias e fazem parte do verdadeiro Brasil que não aparece nas novelas. E ele termina: “Quem sabe a garotada que pintou o rosto para sair às ruas seja não a geração dos anos 90, mas apenas uma delas, a mais visível e fotogênica, a mais ruidosa?”³.

De acordo com Abramo, nos últimos quinze anos, se começou a pensar a juventude para além da adolescência em situação de risco e, por outro lado, para além dos jovens dos setores de classe média. Isso porque percebeu-se que a situação de risco de um determinado indivíduo não termina aos dezoito anos mas, ao contrário, se intensificam a partir daí. Problemas como gravidez precoce, uso de drogas, DST's, AIDS, narcotráfico e violência são mais intensos, como

³ Zuenir Ventura, “A sucessão”, *Veja*, 25 anos, São Paulo, abr. 1993, p. 121.

demonstram diversas pesquisas⁴, após os dezoito anos, como a alta taxa de homicídio entre homens de 18 a 25 anos de idade.

Ao contrário da “juventude dourada”, essa outra juventude não tem muito que comemorar. São jovens esquecidos pelas mídias, quase sempre tomados pela polícia como “suspeitos”, que aparecem na imprensa apenas ligados à violência urbana, formando um contingente que fica à margem da cidadania. Em 1999, estourou a maior rebelião de menores internos da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (antiga FEBEM), na cidade de São Paulo. Essa rebelião possibilitou que a sociedade tomasse conhecimento do drama dessa outra juventude marginalizada.

Ao falarmos de “juventudes”, não podemos concluir se essa geração dos dias de hoje é ou não mais apática ou despolitizada do que a juventude das décadas de 1960 e 1970. Poderemos ver adiante que os métodos de ação utilizados podem ser bem diferentes, tais como ações comunitárias em diversos bairros de periferia. Como diz Helena Abramo, “hoje há mais coisas acontecendo no meio juvenil da periferia do que entre universitários da classe média”⁵.

A partir dos anos 1990, houve no Brasil uma retomada das músicas de protesto, só que com um novo discurso e um novo ritmo. Outro fator importante a ser colocado é que a origem social dessa nova música também mudou: se na década de 1960 a música de protesto era feita por grupos de jovens universitários de classe média, que buscavam conscientizar o povo sobre as injustiças sociais, agora essa nova música, assim como nos primórdios do samba, se origina de uma cultura marginal ligada às camadas mais populares, que busca retratar a realidade e a dificuldade da maioria dos jovens pobres da periferia.

Os jovens que produzem essa nova música produzem verdadeiras críticas sociais. Porém, para aqueles que acreditam não haver muita distinção entre *rap* e *funk*, devemos colocar que essa diferenciação não acontece só música, mas também na cultura de rua. Para os *rappers*, há uma distinção entre eles e os *funkeiros*: os primeiros consideram o *funk* como sendo uma corrente musical de melodia pobre e de conteúdo leve, pois não se propõe à “conscientização” da situação social ou racial dos jovens pobres.

No princípio, o movimento de “orgulho negro” surgiu nos EUA da década de 1970, com grande destaque ao movimento dos *Panteras Negras*. Ao chegar no Brasil no mesmo período, os bailes ligados ao movimento *Black Rio* tiveram relevante papel ao despertar a importância da identidade negra. Com o *rap*, temos um exemplar de uma cultura marginal que não tinha apoio das mídias nem da indústria cultural. O vocabulário, cheio de palavrões e gírias, incita à revolta e apela à tomada de consciência. Por falar a língua dos excluídos, o *rap* acaba por dar voz às tensões e às contradições sociais.

⁴ Ver ABRAMO, Helena e BRANCO, Pedro M. (orgs). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. O livro se constitui de diversos artigos feitos por diferentes especialistas nos assuntos, com base na pesquisa feita com jovens de diversos lugares do Brasil.

⁵ Entrevista concedida ao repórter Roldão Arruda, O Estado de São Paulo, 22 nov. 1998.

Apesar disso, devo sublinhar a existência de uma pensadora, a indiana Gayatri Chakravorti Spivak, que, em seu livro *Pode o subalterno falar*, discute a possibilidade do subalterno ter voz perante a sociedade. Ao analisar a situação da mulher indiana de seu tempo, Spivak procura discutir em que medida aqueles que estão na parte mais baixa da sociedade podem ter voz por si próprios, sem intermediação de alguém que fale por eles e sem se utilizar de um discurso hegemônico. Conceituando subalterno como aquele que não tem voz, falar da mulher subalterna é descer ainda mais um degrau na escala social indiana.

No caso brasileiro, pensar subalterno é pensar especificamente no índio, aquele que não tem voz e que, quando precisa defender seus direitos, só o faz por meio de muita luta e só tem voz por intermédio de outrem. Logo, Spivak chega à conclusão de que não, o subalterno não pode falar e, com isso, podemos dizer que não, o negro e os jovens da periferia não são subalternos na medida em que se apropriam dos meios de comunicação de massa e conseguem passar alguma mensagem.

Cultura de rua e crítica social: novas contestações por meio da arte marginal

Ainda nesse sentido de cultura marginal, o grafite aparece como a expressão artístico-visual do *hip-hop*. Essa arte surgiu também na década de 1970, inicialmente como ato de transgressão e ousadia, ao se pichar os trens do metrô de Nova Iorque e, cada vez mais, as letras foram ficando mais largas e coloridas. Ao se espalhar pelas grandes capitais do mundo, sem muita pretensão o grafite transformou-se na arte que emergiu da rua. Desses movimentos de cultura marginal, a palavra mais usada é “atitude”: sustentar uma postura íntegra de consciência social e racial, sendo coerente com seus princípios e ideais.

O gênero, surgido há mais de 40 anos, acabou por transformar-se em plataforma de protesto contra a pobreza, a violência e o racismo, não se tratando de um modismo passageiro, tornando-se, nos últimos vinte anos, mais atuante do que nunca. Em São Paulo, as mensagens normalmente incompreensíveis procuram reafirmar aquilo que deveria ser óbvio: os jovens e pobres existem sim.

Como vimos anteriormente, as primeiras pichações, de acordo com João Wainer, foram políticas, contra a ditadura. Mais tarde, o movimento punk começou a utilizá-lo para demarcar território e, também, como forma de protesto. Como forma de protesto da camada mais pobre da sociedade, a pichação é uma atitude coletiva e, ao mesmo tempo, desorganizada, anárquica. Além disso, o picho é, de acordo com Roberto T. Oliveira, uma comunicação fechada, entre os próprios pichadores e, por isso mesmo, meio de transformação do indivíduo que, ao escrever sua mensagem num ponto de difícil acesso, mas com grande visibilidade, passa a ser alguém, começa a ter status “na quebrada”.

Por não possibilitar outros meios desses jovens interagirem com a cidade, acabam ocupando

à força o espaço que não lhes é permitido. “Quando o moleque vai para o centro e picha o nome dele numa parede, se torna alguém importante porque é um lugar que ele não tem acesso e mesmo assim a marca dele está lá, no alto do prédio”⁶. Ao observarmos a rejeição que o pichador sofre por parte da sociedade, poderíamos fazer um paralelo com o que acontece com o *rap*.

Para Wainer:

Isso porque o sentimento do rap é o mesmo do picho, ambos são manifestações da periferia. É o protesto do cara que recebe muita coisa ruim na quebrada. Tudo é horrível: a escola, o hospital, a convivência com a polícia. As famílias são complicadas. Às vezes o pai é alcoólatra. Esses moleques convivem com o que tem de pior e quando se expressam de alguma maneira, não dá para fazerem um troço bonitinho. Não tem como⁷.

Nos EUA, o *rap* de gangster, ao contrário do outro tipo de *rap*, assustou com linguagem áspera, pornografia, mulher-objeto e drogas. Ele apareceu no final da década de 1980 denunciando a vida pós-crack. Sua influência deixou marcas no *rap*, primeiramente nas roupas folgadas, lembrando as os folgados uniformes dos presidiários de lá por causa do número limitado de tamanho. Por muitas vezes fazer denúncias contra a polícia, discussões sobre censurar ou não esse tipo de música vieram à tona, discutindo-se liberdade de expressão e direitos civis.

No Brasil, como os estadunidenses, os *rappers* também se caracterizam pelas letras quilométricas e panfletárias sobre o cotidiano, abordando a miséria, as condições deterioradas de vida, a violência, o preconceito, etc. Em 1986, como nos diz Carmo, *Homens da lei* foi o primeiro rap no Brasil feito para denunciar os excessos da polícia (CARMO, 2000, p. 185). Um trecho da música nos diz: “Que polícia é essa que diz que quer nos proteger e vira grupo de extermínio assim que escurecer?”. Em 1994, ao contar essa música no vale do Anhangabaú, o vocalista da banda foi preso sob a alegação de ofender os policiais. A grande questão a ser colocada aqui é pensar que a música não é o problema, mas sim quem canta. Devemos nos perguntar por que roqueiros como os Titãs podiam cantar “polícia pra quem precisa de polícia” e os *rappers* não podem.

Outra grande questão que surge nesse debate é a rixa que acaba surgindo entre “manos” e “playboys”, mesmo sendo esses “playboys” consumidores também das músicas feitas por bandas como “Racionais”, mesmo havendo uma recusa da banda em fazer música para esse tipo de público. Com isso, vemos que, apesar de muitos *rappers* se oporem ao sistema, é esse mesmo sistema que se sente cada vez mais atraído por esse tipo de música. Mesmo falando mal das classes mais abastadas, essa mesma classe continua ouvindo suas músicas e assistindo aos seus shows.

Alguns cantores, como, por exemplo, MV Bill, procuram oferecer uma saída para a maioria dos jovens na afirmação da luta por meio da arte, mas não que só exista o futebol ou a arte para

⁶ Entrevista de João Wainer e Roberto T. Oliveira à Revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, dez. 2009.

⁷ Entrevista de João Wainer e Roberto T. Oliveira à Revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, dez. 2009, p. 37.

que o “favelado” possa ser alguém na vida, também devem mostrar, por meio dos estudos, que em maioria eles podem ser melhores, ocupando o lugar do “playboy” dentro da faculdade.

Mas, como explicar a onda de violência que tem o jovem como a maior vítima de todos os tipos de crime? Desemprego, educação precária, drogas, falta de movimentos sociais e ajuda nos bairros, ausência de políticas públicas do Estado, falta de espaços culturais e de lazer. De acordo com a antropóloga Alba Zaluar (1996), muitos jovens da periferia, ao verem a vida de seus pais, ou a partir de suas próprias experiências, criam uma imagem depreciativa do trabalho, como se fosse uma situação de semiescraavidão, ao se submeterem ao trabalho por um baixo salário, não tendo a possibilidade de consumir como os ricos. Assim, muitos preferem levar uma vida que, mesmo sendo breve, é intensa e cheia de gratificações (CARMO, 2000, p. 213).

Perplexo com a situação, Zuenir Ventura nos diz: “Não se sabe o que impede esses rapazes sem emprego e sem renda de caírem no tráfico. Em matéria de juventude pobre, até a pergunta está errada. [Não é tanto] ‘por que tantos jovens estão no tráfico?’ [mas] ‘porque tantos ainda não estão?’”(CARMO, 2000, p. 213.). Assim, podemos perceber que o aumento da violência da nossa sociedade não está apenas na desigualdade econômica, mas também tem ligações com um grande esvaziamento cultural.

Tomar apenas a esfera econômica como único fator determinante da violência é simplificar demais os fatos. No Brasil, a grande desigualdade social e a enorme concentração de renda suscitam muito ressentimento nos jovens mais pobres, mas não é a única explicação para tudo isso. Para o jornalista Roberto Pompeu de Toledo, o que se quer hoje é a igualdade relacionada à democracia e ao ideal de oportunidades iguais. Ao mesmo tempo, somos bombardeados pelo sonho do consumo, pelas publicidades que invadem nossas vidas. Sendo regido por valores ocidentais de desenvolvimento, liberdade e individualismo, explicado anteriormente por Rossi, o Brasil é uma sociedade mergulhada em privilégios e imoralidade social. “O resultado é que a desigualdade deixou de ser mansa e pacífica”.

Podemos dizer então, de acordo com a ideia Alba Zaluar de que a “globalização e cultura de massa difundem novas necessidades”, que parte da criminalidade é gerada de fora para dentro da favela, ao pensarmos que a indústria cultural acaba por criar jovens que desejam ter acessos aos bens especialmente criados para eles e que, ao não terem acesso a esses bens de consumo vêm, por exemplo, no tráfico de drogas, meio mais rápido de se obter tais produtos, muitas vezes tidos como sinônimo de sucesso.

De décadas para cá temos percebido a ampliação do consumo de massa e, posteriormente, de uma ideia de “consumir para se diferenciar”, notadamente entre os jovens, surgindo aquilo que podemos chamar de anti-moda com características próprias. Hoje, podemos dizer que conseguimos identificar cada grupo de jovens – ou tribos – por suas roupas e adereços.

Na verdade, a moda é um instrumento poderoso de integração, pois permite que o jovem se confunda com um determinado grupo, podendo servir à uma simulação de status social e

transmitir uma falsa informação. Assim, temos que o estilo de setores privilegiados na escala social torna-se o padrão a ser almejado e imitado por muitos grupos. Percebemos isso ao ver muitos jovens trabalhando apenas para, com o seu salário do mês, comprar um par de tênis e para que sua imagem assuma certa importância. A roupa então acaba por servir para apagar vestígios de uma determinada condição social à qual esses jovens pertencem, fugindo dessa identificação com o “pobre”.

Hoje, diferentemente de antigamente, a ânsia está em se parecer cada vez mais jovem. As propagandas procuram vender a imagem do jovem saudável e bem sucedido como sinônimo de sucesso, atraindo cada vez mais pessoas de diversas faixas etárias. Podemos perceber um culto à juventude, pois ela anda lado a lado com o modelamento do corpo por meio de atividades físicas e até cirurgias plásticas. Acabamos então por ter a ilusão de que temos a livre possibilidade de escolher nosso próprio estilo. Para Paulo Moreira Leite:

Você sabe por que a televisão, a publicidade, o cinema e os jornais defendem os músculos torneados, as vitaminas milagrosas, as modelos longilíneas e as academias de ginástica? Porque tudo isso dá dinheiro. Sabe por que ninguém fala do afeto e do respeito entre duas pessoas comuns, mesmo meio gordas, um pouco feias, que fazem piquenique na praia? Porque isso não dá dinheiro para os negociantes, mas dá prazer para os participantes [...] Os melhores prazeres são de graça – a conversa com o amigo, o cheiro do jasmim, a rua vazia de madrugada –, e a humanidade sempre gostou de conviver com eles. [...] Mas vivemos num mundo onde relaxar e desligar-se se tornou um problema. O prazer gratuito, espontâneo, está cada vez mais difícil. O que importa, o que vale, é o prazer que se compra e se exhibe, o que não deixa de ser um aspecto da competição. Estamos submetidos a uma cultura atroz, que quer fazer-nos infelizes, ansiosos, neuróticos.⁸

À margem dos indivíduos consumidores de moda, outros acabam por protestar através da sua imagem. Segundo Carmo, “para os jovens sem posses, andar como quem não estava nem aí com a vestimenta e tratar com desdém o consumismo serviam como válvula de escape para a desigualdade social” (CARMO, 2000, p. 205). Tomar essa opção era querer atrair atenção negativa, com o intuito de chocar as pessoas. O estilo punk era um pedido de atenção, ao mesmo tempo em que era um grito de raiva contra o sistema opressor que, por meio de um intenso bombardeio publicitário ao qual somos submetidos na vida moderna ligado ao capitalismo, nos aprisiona num mundo de necessidades sem sentido.

Mas é preciso articular muitos dados e fatores mais complexos e globais, como a exclusão social, a concentração de renda e a falta de acesso à cultura para conseguirmos entender a violência. Para mudarmos esse panorama, precisamos refletir todos esses aspectos.

Com essa realidade, os jovens da periferia acabaram sendo estigmatizados como os grandes vilões da sociedade moderna. Principalmente o *funkeiro* do Rio de Janeiro que, segundo certos setores da sociedade, foi eleito como modelo da juventude da favela e o *funk* como algo demoníaco, que leva os jovens a uma carreira criminosa. Aqui, podemos ver que algumas

⁸ Paulo Moreira Leite, “O império da vaidade”, *Veja*, São Paulo, 23 ago. 1995, p. 79.

interpretações errôneas dão margem para preconceito e repressão, esquecendo que o *funk* é uma manifestação cultural juvenil. Muita gente tentou transformar o samba em caso de polícia, mas, como podemos ver, assim como o *funk*, ele desceu do morro e foi assimilado pela elite.

Diferentemente dos jovens da classe média e alta que vão ao clube, ao shopping, restaurante, os jovens da periferia sentem a falta de um espaço de convivência e de manifestação cultural. Se muitos *funkeiros* simpatizam com os chefes do narcotráfico, o fazem porque não os consideram injustos, frente aos abusos frequentes da polícia, que reprime bandidos de pequeno porte que roubam na própria comunidade, embora, como podemos imaginar, isso seja ruim a longo prazo. Porém, esses traficantes acabam ocupando o lugar vazio deixado pelo Estado. Assim, como conclui Carmo, a ausência do poder público possibilita ao crime organizado formar um poder paralelo.

Conclusão

Apesar do que ouvimos sobre histórias passadas, jovens rebeldes e contestadores sempre são a minoria. Porém, são eles que conseguem fazer barulho para os conformistas acordarem e, mais tarde, usufruírem dos benefícios alcançados. Quis, assim, mostrar que ainda há muitas coisas a serem feitas, não devendo os jovens ser meros espectadores da história; é preciso fazer história, ser protagonista, sobretudo aqui no Brasil.

O fato é que, agora, ao contrário da juventude de antes, que lutava contra o Estado, fazia passeatas e pegavam em armas, boa parte da nossa juventude não tem mais a expectativa que coloca nas mãos dos governantes o papel de implementador das mudanças. Isso não significa desobrigar o Estado de suas obrigações, mas muitos jovens acabam por se envolver em projetos de transformação social, dando sentidos para suas vidas. Com a tecnologia da informação e a comunicação altamente desenvolvida, a juventude de hoje é parcela importante em mudanças sociais de outros tipos, por meios de outros meios, uma vez que são, além de consumidoras, produtoras de cultura: blogs de notícias, vídeos e opiniões, rádios e jornais comunitários, encontros culturais e saraus (como a Cooperifa), alfabetização de jovens e adultos, movimentos ecológicos, grêmios estudantis, etc.

Como vemos, na atualidade não falamos mais em grandes movimentos e grandes revoluções. A mudança que está acontecendo é localizada, começa nos bairros, os jovens não se envolvem em grandes projetos de transformação social, mas em poucos e pequenos aspectos pontuais, em determinadas localidades. Isso porque estamos vivendo um tempo de descrença nas ideologias revolucionárias e utópicas, incapazes agora de unir jovens como antigamente. Agora é o tempo das pequenas iniciativas que, mesmo não tendo visibilidade na mídia, contribuem para a transformação social, dando esperanças de que contestar, criticar, resistir e realizar ainda estão na moda.

Referências:

- ABRAMO, Helena. (2005). *Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo*. IN: Abramo, Helena e Branco, Pedro M. (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo.
- CARMO, Paulo Sérgio do. (2000). *Culturas da Rebeldia – a juventude em questão*. São Paulo. Editora SENAC.
- GABEIRA, Fernando. (1979). *O que é isso companheiro*. São Paulo. Companhia das Letras.
- LEITE, Paulo Moreira. (1995). *O império da vaidade*. IN: Revista Veja, 23 ago, p. 79.
- MATOS, Olgária. (1981). *Paris, 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- MEDEIROS, Paulo de Tarso C. (1984). *A aventura da jovem guarda*. São Paulo: Brasiliense.
- MIR, Luís. (1994). *A Revolução impossível*. São Paulo: Best Seller.
- ROSSI, Túlio Cunha. (2007). *O estereótipo da rebeldia na adolescência: uma abordagem sociológica*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte. UFMG.
- SYRKIS, Alfredo. (1994). *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global.
- TOLEDO, Roberto Pompeu. *O Brasil já não está preparado para ser desigual*. *Veja*, 28/08/1996.
- VENTURA, Zuenir. (1988). *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorti. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- WAINER, João & OLIVEIRA, Roberto T. (2009). *Pichação, a marca da desigualdade*. Entrevista à *Revista Le Monde Diplomatique Brasil*. n. 29, p. 36-37.
- ZALUAR, Alba. (1996). *Globalização do crime e os limites da explicação local*. In Gilberto Velho e Marcos Alvaro (orgs.), *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro. UFRJ/FGV.

Bibliografia complementar

- CALADO, Carlos. (1997). *Tropicália: a história de uma revolução musical*. São Paulo: Editora 34.
- CONTADOR, António C. & FERREIRA, Emanuel L. (1997). *Ritmo e poesia: os caminhos do rap*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- DAPIEVE, Arthur. (1995). *Brock – o rock brasileiro dos anos 80*. São Paulo: Editora 34.
- HERSCHMANN, Micael. (1997). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco.
- HOLANDA, Heloísa Buarque de. (1980). *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde, 1960/1970*. São Paulo: Brasiliense.
- LURIE, Alison. (1997). *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco.